

O LIVRO DIDÁTICO E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI. N. 10639/03 NO ENSINO DE HISTÓRIA

The textbook and the implementation of the Law. n. 10639/03 in History teaching

El libro de texto y la aplicación de la Ley. n. 10639/03 en enseñanza de la Historia

Jaciene Florentino do Nascimento¹

Janaina Guimarães da Fonseca e Silva²

Virgínia Pereira da Silva de Ávila³

Resumo

A implementação da Lei n. 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, trouxe consigo a necessidade de mudanças no modo de pensar e organizar o conhecimento em sala de aula, tornando-se um marco na introdução de um tema pouco presente, até então, no universo escolar. Tomando como base o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira, este texto examina o (s) uso (s) do livro didático, no caso a Coleção Conexões com a história, na disciplina de História em uma escola pública estadual de Ensino Fundamental II e Ensino Médio do município de Petrolina-PE e a inserção de temas relacionados à contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Lei n. 10.639/03. Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira

Abstract

The implementation of the law n. 10.639/03 that establishes the mandatory teaching of History and African and African-Brazilian Cultures in the curriculum of public and private high and junior high schools, has raised the need for changes in the way of thinking and organizing the knowledge within the classrooms, becoming a landmark in the introduction of a theme not so present, up to this moment, in the school environment. Based on the National Textbook Program (PNLD, in Portuguese), the oldest program for distributing the didactic materials to the students of public Brazilian institutions, this text examines the use of textbooks, focusing on the collection Connections with History, in the subject of History in a state public high and juniorhigh school in the city of Petrolina, Pernambuco and the inclusion of themes related to the contribution of black people in the construction of the Brazilian society.

¹Licenciada em História pela Universidade de Pernambuco, *Campus* Petrolina. E-mail: jacieneflorentino@gmail.com

²Prof.^a Adjunta do Colegiado de História, Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE, Vice-Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco (UPE), *Campus* Petrolina. E-mail: janaina.guimaraes@upe.br

³Professora Adjunta do Colegiado de Pedagogia, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco (UPE), *Campus* Petrolina. E-mail: virginia.avila@upe.br

KEYWORDS: National Textbook Program (PNLD). Law n. 10,639/03. Teaching History and Culture African and Afro-Brazilian.

Resumen

La implementación de la ley n. 10.639/03 que establece la obrigatoriedad de la enseñanza de Historia y de las culturas africanas y afro-brasileñas en el plan de estudios de las escuelas publicas e privadas de nivel médio y fundamental, ha lebandado la necesidad de cambios en el modo de pensar y organizar el conocimiento en el clase, convirtiendose en un punto de referencia de la introducción de un tema tan poco presente, hasta el momento, en el ambiente escolar. Basado en el Programa Nacional del libro Didáctico (PNLD), lo más antiguo de los programas enfocados en la distribución de las obras didácticas a los estudiantes de las escuelas publicas de Brasil, este texto examina el uso del libro didáctico, tomando como ejemplo la colección Conexiones con la Historia, de la disciplina de Historia en una escuela pública estadual de Nivel Fundamental y Medio en la ciudad de Petrolina, Pernambuco y la inclusión de temas conexos con la contribución de los negros en la formación de la Sociedad Brasileña.

PALABRAS CLAVE: Programa Nacional de Libros de Texto (PNLD). Ley n. 10.639/03. Enseñanza de la Historia y Cultura africana y Afrobrasileña.

INTRODUÇÃO

A implementação da Lei n. 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, trouxe consigo a necessidade de mudanças no modo de pensar e organizar o conhecimento em sala de aula, tornando-se um marco na introdução de um tema pouco presente, até então, no universo escolar. Alvo de uma luta travada por décadas pelos movimentos sociais ligados à questão racial, a contribuição dos negros nos mais variados aspectos da vida nacional, foi, enfim reconhecida no plano prescritivo-normativo. Contudo, passados 12 anos da publicação da lei, muitas escolas ainda resistem à sua adoção, seja por preconceito racial e religioso, seja pela falta de formação docente⁴.

Tomando como base o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira⁵, este texto examina o (s) uso (s) do livro didático, no caso a Coleção Conexões com a história, na disciplina de História, em uma escola pública estadual de Ensino

⁴Para garantir o cumprimento da lei 10.639/03, que determina a inclusão da história afro-brasileira nos currículos escolares, o Ministério Público lançou, em 2010, o Projeto de Implementação do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no Ensino Básico. A ação consiste na aproximação das Promotorias de Justiça aos gestores educacionais, para que haja orientação e fiscalização, a fim de que a legislação seja cumprida. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/noticias/id20693.htm>. Acesso em: 23 jul. 2015.

⁵Data de 1929 a criação de um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL). Em 1938, por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País. Em 1945, foi consolidada pelo Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos, conforme definido no art. 5º. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em 24 jul. 2015.

Fundamental II e Ensino Médio do município de Petrolina-PE, e a inserção de temas relacionados à contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira⁶.

1. Políticas de Produção e Circulação do Livro Didático: Primeiros Apontamentos

O livro didático tem sido bastante debatido enquanto objeto de estudo, destacando-se nas pesquisas sobre História e Educação. Nos últimos anos, cerca de 40% da produção sobre Ensino de História foi dedicada à análise do livro didático.⁷ Os questionamentos sobre o próprio fazer do Historiador nos últimos anos no Brasil, seu papel enquanto profissional, e a reorganização da Ciência Histórica contribuíram para o avanço nas reflexões sobre o ensino de História e, conseqüentemente, sobre a produção dos livros didáticos.

Numa breve retrospectiva histórica, destaca-se o ano de 1966, quando um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) permite a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, à edição e à distribuição do livro didático. Em 1970, o Ministério da Educação implementa o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais⁸, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL). No ano seguinte, o Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da COLTED.

Outro passo importante foi dado quando o governo assume, em 1976, a compra de boa parcela dos livros para distribuir nas escolas das unidades federadas.⁹ Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa. Em substituição à FENAME, é criada, em 1983, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorpora o PLIDEF. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos propõe a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental.¹⁰

E, em 1985, o PLIDEF deu lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD),¹¹ trazendo diversas mudanças, como:

- Indicação do livro didático pelos professores;

⁶A pesquisa foi realizada entre os anos de 2014 e 2015, como trabalho de conclusão do curso de História da Universidade de Pernambuco.

⁷Para maior aprofundamento ver Thaís Fonseca (2011).

⁸Brasil (1970).

⁹Brasil (1976).

¹⁰Informações disponíveis em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em: 24 jul. 2015.

¹¹Brasil (1985).

- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1^a e 2^a séries das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

O PNLD, criado em 1985, teve como objetivo auxiliar os professores na escolha do livro didático por meio de avaliações, cujos resultados foram apresentados no Guia do Livro Didático. Essas avaliações possuíam, entre seus objetivos, identificar se os livros seguiam as prescrições para o ensino de História, se tratavam adequadamente das questões relativas à diversidade cultural brasileira, se as fontes históricas e os conceitos eram problematizados, visando à construção de uma visão histórico-crítica. Como assinala Miranda (2004, p. 126):

[...] foi apenas em 1996 — portanto num cenário político não mais caracterizado pela presença de um Estado autoritário, que se iniciou efetivamente a avaliação pedagógica dos livros didáticos, processo marcado por tensões, críticas e confrontos de interesses.

Por essa razão, pensar o livro didático e os seus conteúdos exigem levar em consideração as interferências editoriais, do Estado e dos agentes da educação, em sua composição, em termos de concepções teóricas e ideológicas. O livro, portanto, não é obra apenas do autor, mas responde a uma série de parâmetros determinados pelo PNLD e pelas editoras que, não raro, interferem na ordem, na forma, e, por vezes, nos próprios conteúdos, aumentando, com isso, as possibilidades de terem suas obras bem avaliadas no Guia de Livros Didáticos.

O livro enquanto mercadoria recebe várias interferências das editoras, cujo lucro principal depende da compra dos livros didáticos pelo Estado. Tais interferências vão desde as formas, as cores e os enunciados, ainda em sua elaboração, até o processo de escolha de material e impressão da obra, para incentivar sua escolha pelo Guia. Ainda que os livros sejam distribuídos pelo Ministério da Educação e os professores se sintam “livres” para a escolha, a própria construção do Guia, com a seleção de livros que nele constam, é fortemente direcionada pelas editoras.

Como observa Circe Bittencourt:

O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele obedece interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização (2004, p.71).

Neste sentido, na análise do livro didático é fundamental que se atente para a construção de sua narrativa histórica e para a forma como essa se apresenta. A História transmitida apenas como um conjunto de dados não permite que os alunos questionem as fontes ou as teorias utilizadas em sala de aula, levando à compreensão de uma História

hegemônica. Para evitar essas concepções que não contemplam a formação de cidadãos críticos, várias questões precisam ser observadas antes da escolha do livro didático.

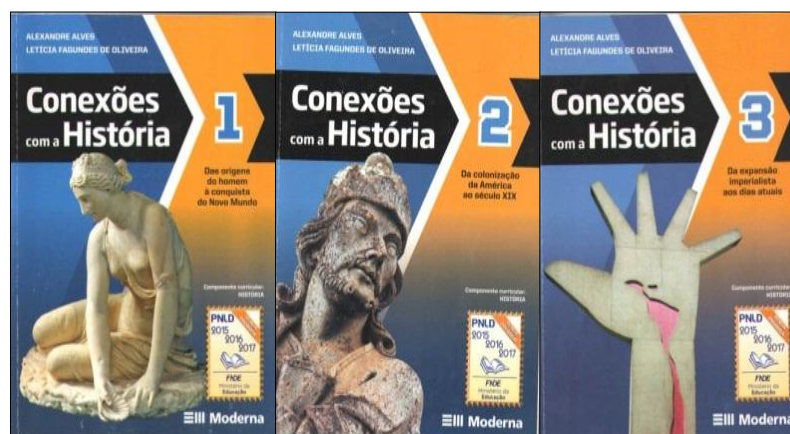
Bittencourt (2004) relata que, no Brasil, os investimentos realizados pelas políticas públicas, nos últimos anos, transformaram o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) no maior programa de livro didático do mundo, passando a ter grande importância para as editoras. Para a autora, o livro didático precisa ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade.

2. Programa Nacional do Livro Didático: Conexões com a História (2015)

2.1 Livro do 1º ano do Ensino Médio: “Das origens do homem à conquista do novo mundo”

A Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade da História e da Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas como conteúdo escolar, acrescentou dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo o ensino de história e cultura afro-brasileira por meio de temas, como a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Cinco anos depois, a Lei nº 11.645 foi sancionada e passou a incluir também as populações indígenas.

Veremos, então, como são desenvolvidos os conteúdos no livro *Conexões com a História*, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, publicado pela Editora Moderna, em 2013.



O autor Alexandre Alves é mestre e doutor em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2000, 2006). Escreveu quatro coleções de livros didáticos (ensino fundamental e ensino médio) para as editoras Saraiva e Moderna. A autora Letícia Fagundes de Oliveira é mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2003).

As divisões do livro para estudo se apresentam da seguinte maneira: A abertura da unidade, abertura do capítulo com o tema do capítulo, os subtítulos, os documentos, os

diálogos com a arte, as atividades, a seção ampliando conhecimentos, os roteiros de trabalhos com músicas, filmes, sites, livros, além de atividades de pesquisa e experimentação.

Neste livro, estão presentes três capítulos relacionados ao ensino de História da África. Neles os autores investem em discursos que valorizam a temática, contemplando, dessa forma, as exigências da Lei 10.639/03.

Na Unidade I: “Da Pré-história às primeiras civilizações do Oriente”, o 1º capítulo exhibe na abertura da unidade uma matéria intitulada “O respeito à diversidade” (v. 1, p. 19), na qual os autores estabelecem uma relação do mundo moderno e tecnológico com a pré-história, visando apresentar as primeiras civilizações do Oriente, a partir de uma abordagem teórica que busca problematizar a existência e a permanência de preconceito, de intolerância, de estereótipos a determinadas culturas; neste caso a África e demais culturas.

No capítulo 2: “Civilizações do Nilo e da Mesopotâmia”, os autores chamam a atenção para a desconstrução da ideia de civilização estar associada à Europa e aos Estados Unidos. Com um subtítulo provocativo e crítico, “Civilização e Preconceito” (v. 1, p. 39), os alunos são convidados a refletir sobre a visão eurocêntrica de mundo e as diferentes formas de preconceito, bem como discutir questões relacionadas ao respeito e a valorização da cultura e da história dos povos africanos, desconstruindo a ideia de inferioridade, de atraso civilizatório e de inexistência de história que foram atribuídos às pessoas de pele negra.

No capítulo 8: “A civilização árabe e os reinos africanos”, os autores descrevem os reinos da África a partir da associação de temas como religião, cultura, comércio, localização geográfica. Em um dos documentos apresentados, há um relato sobre a “epopeia mandinga” (v. 1, p. 172) que aborda a tradição histórica do “*Griot*”¹².

Além de abordar de forma detalhada o conteúdo, os autores se valem de diferentes recursos, tais como: textos iconográficos, dicas de filmes, livros, exercícios visando o Enem e a outros vestibulares, como, ainda, exercícios interdisciplinares que buscam o diálogo reflexivo com outras disciplinas, superando, desse modo, a visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento (THIESEN, 2008).

2.2 Livro do 2º ano do Ensino Médio: “Da colonização da América ao século XIX”

O livro do 2º ano amplia os estudos ao relacionar a História do Brasil com a África, num total de seis capítulos. No primeiro capítulo: “O Império Colonial Português”, subtítulo:

¹² O termo *Griot* nas sociedades africanas, fortemente marcadas pela tradição oral, significa ser responsável por transmitir a tradição histórica, atuando como cronista, poeta e músico.

“O Brasil açucareiro”, os autores descrevem a vida nos engenhos coloniais. Descrevem também a formação social daquela época, destacando a presença de trabalhadores assalariados, livres e semilivres que exerciam diversas profissões: carpinteiros, barqueiros, caixeiros, feitores, médicos; “como podemos perceber, a sociedade colonial não se dividia apenas em senhores e escravos. Havia muitos grupos sociais.” (v. 2, p. 21). Os autores se preocupam em transmitir para o aluno uma visão mais ampla da sociedade colonial, sem minimizar a figura do escravo. No box “ampliando conhecimentos”, há uma matéria sobre o arroz, destacando os saberes e sabores africanos nas Américas.

No capítulo três: “Da África para o Brasil”, os autores descrevem os contextos do Brasil e da África, iniciando o texto com o título “Um Brasil africano”, numa alusão de contribuição dos escravos africanos à formação social Brasileira. No subtítulo seguinte “A presença portuguesa na África”, Alves e Oliveira (2013) expõem como se iniciaram os primeiros contatos dos portugueses com a África, por volta do século XV. Descrevem também o processo de colonização nas Ilhas Madeira, Açores e Cabo Verde, onde foram criados estabelecimentos costeiros que funcionavam como apoio à descoberta do caminho para as Índias. A partir de então, foram constantes o estabelecimento de feitorias e expandidas às rotas comerciais, contribuindo para o crescimento do processo de escravização que já ocorria na África. Uma das principais formas de escravização eram as guerras e sequestros. Este tipo de comércio só prosperou porque teve apoio de chefes locais africanos e do investimento de outros governos europeus (v. 2, p. 47-48).

Os autores chamam a atenção para “Diáspora africana”¹³, por volta do século XVI e XIX muitos africanos foram levados a força de sua terra natal para se tornarem escravos em outras terras e continentes (v. 2, p. 50). O “Tráfico transatlântico”¹⁴ foi composto por rotas de comercialização de escravos africanos, transportados em navios chamados Tumbeiros. As principais rotas fornecedoras de escravos foram: Guiné (Bissau e Cacheu), Costa da Mina, Congo, Angola, etc. (v. 2, p. 51-52). Os autores trazem no box informativo um mapa que demonstra os deslocamentos marítimos entre a África e a América do Sul, para uma melhor visualização destas rotas marítimas.

Ainda, neste volume, destacam as formas de resistência à escravidão, focando na formação de quilombos e na religião. Observamos, no entanto, uma concepção limitada quanto aos significados da resistência escrava expressa na coleção. Apenas a formação dos quilombos e a manutenção da religião são apresentadas como resistência, quando a produção historiográfica, há muitos anos, destaca outras atuações, pontuadas por práticas cotidianas, que colocam o escravo como agente e detentor de diversas estratégias na luta pela sobrevivência.¹⁵

No subtítulo “Memórias de sofrimento e luta”, os autores abordam a importância dos africanos na formação cultural, social e demográfica do nosso país, tomando como base os dados do Censo 2010. De acordo com os autores, “muitas pessoas não se declaram pretas ou pardas por causa do preconceito, que tem sua origem nos séculos de regime escravocratas e ainda presente em nosso cotidiano.” (v. 2, p. 59). Destacam-se, assim, os processos históricos

¹³Diáspora significa dispersão ou deslocamento de um povo para fora de sua terra natal, seja por perseguição religiosa, política ou qualquer tipo de pressão. Usa-se o termo diáspora por se tratar de um movimento populacional involuntário (ALENCASTRO, 2000).

¹⁴Os escravos africanos eram transportados em navios chamados Tumbeiros. Angola e Moçambique foram os principais fornecedores de escravos (BOXER, 2002).

¹⁵SILVA, Eduardo; REIS, João J. Negociação e Conflito: a Resistência Negra no Brasil Escravista. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

que construíram uma visão negativa do ser negro no Brasil, associada a submissão e inferioridade cultural.

O capítulo doze, “Um império nos trópicos: a monarquia brasileira”, tem como conteúdos a abolição do tráfico negreiro, as teorias eugênicas, o movimento abolicionista, a abolição da escravidão no Brasil e as lutas de independências na África. Pontuamos as teorias eugênicas como importância dada pela coleção, pois elas foram largamente utilizadas para justificar o emprego de mão-de-obra de imigrantes brancos europeus em detrimento dos recém-libertos africanos, sob a intenção de proporcionar um branqueamento da população. Ao trazer essa questão, o livro didático aponta para um importante aspecto, a construção do pensamento social do brasileiro a partir dos chamados referenciais científicos positivistas, por meio dos quais se deu a exclusão do negro, como naturalmente inferior. Apesar da exclusão do conceito de raça do atual meio científico, nesse momento histórico preciso, fins do século XIX e começo do século XX, ele era amplamente utilizado.¹⁶

Nas atividades propostas para os alunos, ao fim deste volume, os autores sugerem um texto de Kabengele Munanga, que faz uma reflexão sobre o racismo. Também sugerem a leitura de Luiz Felipe de Alencastro, de seu livro “O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul”, e de alguns documentos históricos da Biblioteca Nacional de História.

2.3 Livro do 3º ano do Ensino Médio: “da expansão imperialista aos dias atuais”

No livro do 3º ano, três capítulos são destinados à África. No primeiro capítulo, “A Segunda Revolução Industrial e o Imperialismo”, no subtítulo “A expansão europeia na África”, é descrita a corrida pelo domínio da África pelos europeus e por Portugal. Em texto complementar, os autores enfatizam as diferentes formas de resistência dos africanos, que se manifestam, desde protesto social, a movimentos de grandes proporções.

No capítulo nove: “A descolonização da África”, no subtítulo: “A África subsaariana e o apartheid”, os autores trazem à luz o Apartheid como uma política que alimentou ideias racistas radicais e dão ênfase à luta de lideranças, como Nelson Mandela e Frederick de Klerk, para acabar com a segregação racial. O capítulo destaca bem o êxito de Klerk e Nelson Mandela, que, em 1994, deu a eles o prêmio Nobel da Paz e a eleição de Nelson Mandela para presidente na primeira eleição, que teve a participação popular em 1994.

Outro aspecto destacado por Alves e Oliveira (2013) se refere aos interesses dos países envolvidos no processo de descolonização da África e da Ásia. No subtítulo “O pan-africanismo”, são discutidas as formas de libertar o continente africano do domínio colonial, e, na sequência, apresentam o mapa da África e seu processo de descolonização (1936-1990) com um box informativo correlacionando os laços culturais entre o Brasil e Angola. Tratam, ainda, da guerra civil em Ruanda e as consequências sofridas pela população. Essas lutas e resistências também carecem de aprofundamento, pois os autores nada apontam sobre os choques culturais e resistências sistemáticas, como se a descolonização emergisse de uma articulação pontual, motivada, apenas, por fatores externos ligados ao contexto de Guerra Fria. Vários foram os intelectuais africanos que desenvolveram estudos e teorias que tomaram as universidades dos Estados Unidos e Europa, propondo uma alternativa: a visão eurocêntrica do mundo. Entre estes intelectuais, podemos destacar as figuras de Molefi

¹⁶SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Asante e Anta Diop. O primeiro cunhou o conceito Afrocentrismo, como uma alternativa a visão de mundo dominante.¹⁷

No capítulo quatorze, “Brasil contemporâneo”, no box “ampliando conhecimentos”, os autores abordam acerca da “Afirmação da cultura africana no Brasil”, com destaque para a obra de Gilberto Freyre, “Casa grande e Senzala”,¹⁸ e o Modernismo como influências para mudanças com relação à situação do negro no Brasil. Na visão dos autores, a obra de Freyre foi uma das primeiras a valorizar a cultura africana e a atribuir o papel de destaque ao negro na formação do Brasil contemporâneo, ainda que amenizasse a violência mediante a qual se davam a maioria dessas relações. As ações afirmativas desenvolvidas pelo Estado ganham relevo, como a iniciativa da criação do sistema de cotas e o estudo do Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.

Observa-se que, no geral, os volumes de “Conexões com a História”, abordam de forma adequada, ainda que por vezes superficial, o conteúdo, contemplando à Lei 10.639/03. Contudo, identificamos uma falha no livro do 3º ano do ensino médio, “Da expansão imperialista aos dias atuais”, pois não explica o processo histórico que desencadeou na aprovação da Lei, não dando ênfase nos sujeitos históricos envolvidos no processo das lutas que desencadearam essas políticas afirmativas desenvolvidas pelo Estado. Com relação à cultura, os autores afirmam que “não é possível estudar a cultura afro-brasileira sem citar os ritmos africanos” (v. 3, p. 238), não, sem razão, descrevem a capoeira, hip-hop, maracatu, samba, enfatizando apenas a música e a dança como referências culturais. Neste aspecto, Alves e Oliveira (2013) minimizam a participação dos negros nas lutas políticas, deixando transparecer a ideia que a cultura afro-brasileira e africana se resume aos ritmos musicais, demonstram certo distanciamento em relação a esta cultura, ou seja, utilizam o termo “a cultura do negro”, sem a ideia de pertencimento desta cultura de que todos nós fazemos parte.

Por meio dessas análises, podemos afirmar que os livros didáticos utilizados pelos professores e alunos da coleção “Conexões com a História” contemplam o que a Lei 10.639/03 propõe, representando uma melhoria significativa em relação ao material didático disponível para as escolas, em anos anteriores a implantação do programa. Nesse sentido, os livros aprovados pelo PNLD, ainda que não contenha o aprofundamento necessário em algumas temáticas, de forma geral, apresentam o mínimo necessário à compreensão da cultura afro-brasileira e da História da África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX trouxe novas mudanças e perspectivas para o ensino de História, fazendo com que estudiosos e pensadores o repensassem com novos olhares e propusessem mudanças nas suas bases teóricas e metodológicas. Dentre essas mudanças, destacamos a Implementação da Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África no ensino de História nas escolas públicas e privadas.

A coleção “Conexões com a História”, de Alexandre Alves e Leticia Fagundes de Oliveira (Editora Moderna, 2013), adotada pela Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco, para alunos do Ensino Médio, é de boa qualidade pedagógica, oferecendo um suporte teórico aos professores. De forma geral, a escrita dos livros se pauta pelo compromisso crítico, levando os alunos a uma reflexão, em relação à existência de

¹⁷ASANTE, Molefe. The afrocentric Idea. Philadelphia: Temple University Press, 1987.

¹⁸FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

estereótipos racistas, e a busca por uma valorização da cultura brasileira, e não a cultura europeia como foi disseminada por tanto tempo.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Século XVI E XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Componente curricular: História*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013. 3 v.
- ASANTE, Molefe. *The Afrocentric Idea*. Philadelphia: Temple University Press, 1987.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro. (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 185-204.
- _____. Ensino de História: fundamentos e métodos. In: _____. *Aprendizagens em História*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 183-216.
- _____. Ensino de História: fundamentos e métodos. In: _____. *Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 59-96.
- _____. Ensino de História: fundamentos e métodos. In: _____. *História nas atuais propostas curriculares*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 99-128.
- _____. Ensino de História: fundamentos e métodos. In: _____. *Livros e materiais didáticos de História*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 293-321.
- _____. Ensino de História: fundamentos e métodos. In: _____. *Procedimentos metodológicos no ensino de História*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 225-242.
- _____. *O saber histórico em sala de Aula*. 2. ed. São Paulo, Contexto: 1998. p. 116.
- BOXER, Charles. *O Império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. *Programa Nacional do Livro Didático*. Ministério da educação. Brasília, 2006.
- BRASIL. *Lei n. 11.645, de 10 março de 2008*. Altera a Lei n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n^o 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: <29 jul. 2015>.
- BRASIL. Secretaria de educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livros051.pdf>>. Acesso em: <março de 2014>.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais de História Ensino Médio*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: <outubro de 2014>.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: <06 de Mar. 2015>.

BRASIL. *Plano nacional das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana*. Disponível em: <<http://www.portaldaigualdade.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf>>. Acesso em: <março de 2015>.

BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html>. Acesso em: <julho de 2014>.

BRASIL. *Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: <julho de 2014>.

BRASIL. *Lei 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: <julho de 2014>.

_____. *Decreto nº 91.542, de 19/8/85*. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/8/1985, Página 12178 (Publicação original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: <24 jul. 2015>.

_____. *Decreto nº 77.107, de 4/2/76*. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/2/1976, Página 1681 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: <24 jul.2015>.

CALMON, Claudia. A Lei 10.639/2003: desafios e possibilidades. *Cadernos do Pensamento Crítico Xxxv*. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/portal/index/...pensamentocritico...>> Acesso em: <março de 2015. P. 18-19>.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. *Ensino de História e Cultura Africana em salas de aula brasileira*. Disponível em: <<http://www.uem.br>>. Acesso em: <março de 2015>.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades*. CEDES, Campinas, v.25, n.67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: <julho de 2014>.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. *História e ensino de História*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREITAS, Itamar. Reformas Educacionais e os Currículos Nacionais para o Ensino de História no Brasil Republicano (1931/2009). *Cadernos de História da Educação*. v. 12, n. 1 – jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22903>>. Acesso em: <março de 2015>.

_____. *Fundamentos: teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos Iniciais)*. Disponível em: <<http://www.4shared.com/document/DP3IAJpW/html.pdf>>. Acesso em: <março de 2015>.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. *O livro didático ao longo do tempo: A forma e o conteúdo*. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/.../melissa-neli.pdf>. Acesso em: <maio de 2015>.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. *Gênero e História*. Ano I. Número I. Setembro de 2002. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/node/39/UFPE>>.

GRAF, Maria Elisa de Campos; PRADO, Eliane Mimesse. *O Ensino de História da África nas escolas brasileiras*. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.br/.../O%20Ensino%20da%20Historia...pdf>>. Acesso em <março de 2015>.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. In: _____. *Introdução*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 07-14.

KUSMA, Patrícia da costa. *A aplicabilidade da lei 10.639/03 no ambiente escolar*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71891/000880107.pdf?sequence=1>>. Acesso em: <maio. 2015>.

MASCARENHAS, Suely A. Do N; RIBEIRO, Marta Pereira da Silva; SANTOS, Ednailda Maria dos. *Avaliação do impacto da Lei 10.639/2003 nos currículos de Escolas de Humaitá - o desafio da educação étnico-racial*. Disponível em: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/.../pdfs/.../t6c170.pdf>>. Acesso em: <15 fev. 2015>.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 48.p.126.

MOORE, Carlos. A África no Cotidiano Educativo: Bases práticas para o ensino da História da África. In: _____. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 96-163.

MOREIRA, Harley Abrantes. (Org.). *Africanidades: repensando identidades, discursos e ensino de história da África*. Olinda: Livro Rápido, 2012.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, nº 3, 2003, p. 421-461. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em <julho de 2014>.

OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Almir Félix Batista de; OLIVEIRA, Margarida Maria dias de. (Orgs.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal, RN: EDFURN, 2009. p.11-19.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Livros didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural. In: OLIVEIRA, Almir Félix Batista de; OLIVEIRA, Margarida Maria dias de. (Orgs.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal, RN: EDFURN, 2009. p. 79-86.

SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. *A Lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na Educação Básica*. 20 p. Disponível em:

<http://www.nre.seep.pr.gov.br/iniaidavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplina/Biologia/A_LEI_10639_03_E_A_IMPORTANCIA_DE_SUA_IMPLEMENTACAO.pdf> Acesso em: <março de 2014>.

SILVA, Eduardo; REIS, João J. *Negociação e conflito: a Resistência negra no Brasil escravista*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Renato João de; PIRES, João Ricardo Ferreira. *Os desafios do ensino de História no Brasil*. Disponível em: <<http://www.funedi.edu.br/revista/.../pdf>>. Acesso em <março de 2015>.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Legislação e livro didático de História. In: OLIVEIRA, Almir Félix Batista de; OLIVEIRA, Margarida Maria dias de. (Orgs.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal, RN: EDFURN, 2009. p. 21-31.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia e ensino de História através dos livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida Dias; CAINELLI, Marlene Rosas; OLIVEIRA, Almir Felix Batista. *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDFURN, 2008. p. 146.

SILVA, José Bento Rosa da. O ensino de História da África em perspectiva historiográfica. In: MOREIRA, Harley Abrantes. (Org.). *Africanidades: repensando identidades, discursos e ensino de História da África*. Olinda: Livro Rápido, 2012. p. 66-73.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TIMBÓ, Isaíde Bandeira. A África e a educação Afro-Brasileira: as diferentes abordagens nos livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Almir Félix Batista de; OLIVEIRA, Margarida Maria dias de. (Orgs.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal, RN: EDFURN, 2009. p. 45-54.

VALIM, Kátia. *A África na sala de aula: seus objetivos, perspectivas e desafios*. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/.../3451/pdf> Acesso em: <abr. de 2015>.

Recebido: 21-09-2014

Aprovado: 20-12-2014